Universidades Lusíada

Costa, Alcides Vieira
Almeida, Maria Altina
Colaço, Carlos Jorge Pinheiro
Reppold Filho, Alberto Reinaldo

As contribuições económicas das actividades físicas de aventura na natureza

http://hdl.handle.net/11067/3414
https://doi.org/10.34628/fn90-5a77

Metadados

Data de Publicação 2016

Resumo O desenvolvimento das atividades físicas de aventura na natureza (AFAN) é um tema que vem sendo discutido há muitos anos por diversos setores da sociedade. Estas atividades podem ser importantes catalisadores do desenvolvimento económico e da recuperação de regiões debilitadas tanto do ponto de vista económico, como demográfico, social e ambiental. Neste sentido, surge a necessidade de estabelecer as contribuições destas atividades, nomeadamente as económicas, não só para o Brasil, mas também pa...

Palavras Chave Recreação ao ar livre - Aspectos económicos - Brasil

Tipo article

Revisão de Pares Não

Coleções [ULL-FCEE] LEE, n. 21 (2016)

Esta página foi gerada automaticamente em 2024-04-26T21:36:33Z com informação proveniente do Repositório

http://repositorio.ulusiada.pt

AS CONTRIBUIÇÕES ECONÓMICAS DAS ATIVIDADES FÍSICAS DE AVENTURA NA NATUREZA

Alcides Vieira Costa
Universidade Lusíada, Lisboa

Maria Altina Almeida
Escola de Hotelaria e Turismo de Lisboa

Carlos Colaço
Universidade de Lisboa

Alberto Reinaldo Reppold Filho
Universidade Federal do Rio Grande do Sul

Resumo: O desenvolvimento das atividades físicas de aventura na natureza (AFAN) é um tema que vem sendo discutido há muitos anos por diversos setores da sociedade. Estas atividades podem ser importantes catalisadores do desenvolvimento económico e da recuperação de regiões debilitadas tanto do ponto de vista económico, como demográfico, social e ambiental. Neste sentido, surge a necessidade de estabelecer as contribuições destas atividades, nomeadamente as económicas, não só para o Brasil, mas também para Portugal e outros países. O presente estudo tem por objetivo estabelecer o potencial económico das AFAN no Estado do Rio Grande do Sul, Brasil, através da identificação das suas possíveis contribuições económicas. A pesquisa foi do tipo exploratória de cunho qualitativo, tendo utilizado entrevistas como fonte de coleta de dados. As entrevistas, num total de 29, foram realizadas com representantes do poder público, federações desportivas, organizações não-governamentais, docentes de instituições de ensino superior, empresários do setor e instrutores de AFAN. Os resultados evidenciam o surgimento e desenvolvimento dos eventos, o aumento do fluxo turismo e do consumo de bens e serviços e a geração de emprego e rendimento turístico como contribuições económicas. Entretanto, para que as contribuições económicas sejam potencializadas é necessário que existam infraestruturas adequadas e apoio político através de políticas públicas de desenvolvimento das AFAN.

Palavras-chave: AFAN; ambiente; desporto; aventura; contribuições económicas.

Abstract: The development of outdoor activities has been discussed for many years by various sectors of society. These activities can be important catalysts for the economic development and recovery of regions weakened from the economic, demographic, social or environmental point of view. In this regard, there is a need to establish the contributions of these activities, particularly the economic ones, not only for Brazil but also for Portugal and other countries. This study aims to establish the potential of outdoor activities in the state of Rio Grande do Sul, Brazil, through the identification of their potential economic contributions. The research was an exploratory study in a qualitative approach and interviews were used for data collection. A total of 29 interviews were held with representatives of public authorities, sports federations, non-governmental organizations, teachers of higher education institutions, industry entrepreneurs and outdoor

activities instructors. The results show several economic contributions, such as the emergence and development of events, increasing tourism flow, more consumption of goods and services and the generation of employment and income. However, for the economic contributions to be leveraged there must be adequate infrastructure and political support through public policies for the development of outdoor activities.

Keywords: outdoor activities; environment; sport; adventure; economic contributions.

1. Introdução

Com o desencadear da atual crise económica em diversos países da Europa, os profissionais ligados aos setores do desporto, do turismo e do lazer têm de estar atentos às possibilidades de desenvolvimento destas atividades nos ambientes naturais, principalmente devido às contribuições que podem surgir, entre elas as económicas. Para isto, é necessário que exista uma análise das possibilidades de ocupação dos ambientes naturais com novas práticas, entre elas as atividades físicas de aventura na natureza (AFAN), já que que estas atividades podem colaborar, entre outros, na recuperação de regiões debilitadas do ponto de vista económico, demográfico, social e ambiental.

As AFAN fazem parte da crescente e importante indústria do ócio ativo, das férias e do turismo. O seu desenvolvimento está relacionado com a criação de novos postos de trabalho, com a geração de rendimento, com a venda de equipamentos e com o aumento do número e da diversificação das instalações necessárias para dar suporte à realização das mais diversas atividades, configurando consideráveis movimentações financeiras (Costa, 2006).

Entretanto, é importante salientar que o aumento do número de praticantes, o uso desrespeitoso dos ambientes naturais, a falta de planificações de impactos ambientais e a ausência de intervenções pedagógicas têm levado ao surgimento de situações complexas e problemáticas. Embora existam muitos aspetos positivos ligados à prática das AFAN, a minimização dos impactos ambientais negativos gerados e a necessidade de efetivas intervenções pedagógicas em educação ambiental são questões que devem ser consideradas quando se busca avaliar os custos e os benefícios destas atividades.

A partir desta problemática, este estudo tem por objetivo estabelecer o potencial económico das AFAN no Estado do Rio Grande do Sul, Brasil, através da identificação das suas possíveis contribuições económicas. Devido a transversalidade dos resultados, o estudo sugere que tanto Portugal, como outros países Europeus podem se beneficiar das mesmas contribuições económicas.

Na busca por atingir este objetivo, o texto está estruturado em quatro partes. A parte inicial procura apresentar um enquadramento teórico a partir das subpartes "Uma breve história das AFAN no Brasil e suas contribuições económicas" e "As AFAN, o turismo e seu impacto económico". A segunda parte apresenta os procedimentos metodológicos. A seguir, surgem os resultados, divididos em "O Impacto económico dos eventos e do turismo"; "O consumo

de bens e serviços e a geração de emprego e rendimento"; "A necessidade de infraestruturas adequadas"; e "As políticas públicas como primordiais". Por fim, nas considerações finais, o tema em questão é retomado numa perspetiva transversal e são apresentadas as limitações surgidas no processo de pesquisa e algumas sugestões para estudos futuros.

2. Uma breve história das AFAN no Brasil e suas contribuições económicas

O desenvolvimento das AFAN no Brasil teve um maior incremento a partir do início da década de 1970, por exemplo, com os primeiros festivais de surf na praia de Saquarema, no Estado do Rio de Janeiro, atraindo milhares de jovens à região. Devido ao impacto social e económico gerado, teve início um processo de redimensionamento de toda a infraestrutura da cidade para receber um fluxo cada vez maior de turistas. Na mesma década, foram realizados os primeiros voos de balão como desporto, marcando a expansão dos desportos de natureza no Brasil e o consequente crescimento do turismo (Carvalhedo 2005).

No ano de 1974 foram realizados os primeiros voos de asa delta nos Estados do Rio de Janeiro e São Paulo. Atualmente, o voo livre conta com milhares de adeptos em todo o mundo, fomentando um mercado de equipamentos especializados que movimenta consideráveis montantes (CBVL, 2016). Além disso, na cidade do Rio de Janeiro, os voos de asa delta e parapente são considerados como atrativos turísticos do município, sendo uma importante fonte de rendimento para muitos pilotos e equipas de apoio.

Em 1981 surgiram no Brasil as primeiras bicicletas adaptadas para a prática do mountain bike e a sua produção em larga escala impulsionou o cicloturismo, criando novos postos de trabalho e a consequente geração de rendimento (Costa & Wilhelms, 2006). No ano de 1982 foi criada, no Município de Três Rios, no Estado do Rio de Janeiro, a primeira operadora turística de rafting do Brasil. Logo em seguida, em 1989, surge o canionismo, introduzido por espeleólogos de São Paulo. Segundo Carvalhedo (2005), este desporto "de aventura e de turismo soma cerca de 2.000 praticantes no país e conta com mais de 10.000 participantes de operações comerciais" (p.725).

Os Jogos Mundiais da Natureza realizados em Foz do Iguaçu, em 1997, reforçaram a concepção do turismo receptivo de aventura no Estado do Paraná. Este evento teve na sua concepção o estímulo ao aumento da infraestrutura hoteleira e o incentivo ao desenvolvimento de desportos aquáticos, terrestres e aéreos. Segundo Costa (2006), as atividades foram realizadas em 300 quilómetros das margens do lago que delimita o Brasil, o Paraguai e a Argentina.

No ano de 1998, no litoral norte do Estado de São Paulo, foi realizada a maior corrida de aventura do Brasil, a Expedição Mata Atlântica - EMA, onde foram praticadas competitivamente diversas AFAN (EMA, 2016). No ano seguinte, em 1999, surgiram os primeiros trabalhos de arvorismo com fins turísticos (Costa,

2006). No mesmo ano, foi criada a Adventure Sports Fair, a maior feira de desporto e turismo de aventura da América Latina, realizada na cidade de São Paulo (Lomanto, 2005).

O município de Governador Valadares, localizado no Estado de Minas Gerais, tornou-se uma referência no turismo desportivo internacional para o voo de asa delta e parapente devido às suas características topográficas e climatéricas. Essa cidade, que não possuía consideráveis atrativos turísticos, é hoje referência mundial para a realização de competições em ambas as modalidades, impulsionando diversos setores da sociedade. O sertão do Ceará também é conhecido internacionalmente como um dos melhores locais do mundo para voos de longa distância em asa delta e parapente e esta característica tem atraído todos os anos praticantes de diversos países para o município de Quixadá.

No Estado do Rio Grande do Sul, diversas cidades se destacam como referência no desenvolvimento das AFAN. Sapiranga é conhecida como a "Capital do Voo Livre", Três Coroas é internacionalmente conhecida como local para a prática da canoagem em águas rápidas, sendo este o município mais procurado no Estado para a prática do rafting. O município de Cambará do Sul atrai adeptos do trekking e do rapel que praticam estas AFAN contemplando os diversos canyons existentes no local. Estes mesmos canyons atraem os praticantes de canionismo que, mesmo sendo em menor número, causam um impacto positivo no turismo local. Torres, cidade no litoral, é conhecida como excelente local para a prática do surf, sediando diversas competições ao longo do ano.

As atividades equestres são um bom exemplo do potencial económico das AFAN. Segundo Roessler e Rink (2005) "nenhum outro desporto se pode comparar com os desportos equestres, porque nenhum se desdobra em tantas atividades diferentes" (p.218). Esta modalidade mobiliza diversos setores da indústria e do comércio. Existem os profissionais que "fabricam os produtos e oferecem serviços" (p.218), além disso, há diversas empresas envolvidas, como as que tratam da reprodução e criação dos cavalos, as que produzem rações, selarias e as que cuidam da saúde equina.

Um outro exemplo do impacto positivo do desenvolvimento das AFAN é o aumento no número de praticantes de escalada e o consequente aumento no fluxo turístico em muitos países europeus, com destaque para a França e Espanha. Este desenvolvimento turístico impulsionou diversos setores económicos relacionados com esta AFAN. Segundo DaCosta (2004), encontram-se hoje "diferentes fábricas de equipamentos e acessórios para a prática do desporto" (p.211). Nestes países, a escalada é também utilizada como uma alternativa de baixo custo para o desenvolvimento de atividades físicas nas escolas.

A partir do exposto anteriormente é possível evidenciar que o desenvolvimento das AFAN pode gerar uma série de benefícios à sociedade como um todo, sendo o impacto económico gerado por estas atividades uma contribuição que surge com bastante destaque. Neste sentido, é importante uma análise da relação entre o desenvolvimento das AFAN, o turismo e o impacto económico gerado.

3. As AFAN, o turismo e seu impacto económico

O turismo, o desporto e o lazer são três importantes setores que juntos podem influenciar positivamente o desenvolvimento socioeconómico de uma região. Os espaços naturais são procurados, desde tempos idos, como destinos de evasão, lazer, fruição e saúde, substantivos associados à satisfação e ao bem-estar dos seus usuários. A oportunidade de realizar algo diferente, conhecer novos lugares ou simplesmente fugir à agitação e à poluição dos grandes centros urbanos, leva as pessoas a procurarem os ambientes naturais para a satisfação das suas necessidades de bem-estar e para a prática de atividades físicas de aventura e de lazer na natureza. Antes utilizados, na maior parte dos casos, de forma amadora, autónoma e esporádica, hoje, e principalmente desde o último quarto do século passado, os espaços naturais são tidos como destinos de eleição para a prática de AFAN, que se traduzem, em última instância, num retorno económico para os empresários, para as comunidades e para as regiões onde estas atividades se inserem.

A grande diversidade de AFAN, aliada ao avanço das tecnologias e à atração pelo desafio contribuem para o aumento do número de turistas nos mais diversos ambientes naturais, o que faz destes territórios zonas de elevado valor e significado económico para o desenvolvimento local (Saraiva, 2012). Segundo Machado (2005) o turismo de aventura é o segmento turístico "que apresenta o maior desenvolvimento nos últimos anos, envolvendo um número cada vez maior de profissionais" (p.33). Este desenvolvimento fez com que surgissem novas agências de turismo, empregos e muitos eventos.

Na Europa, o turismo é atualmente um setor económico importante e desempenha um papel relevante no desenvolvimento e na prosperidade das regiões naturais e de montanha, áreas ricas em recursos e património natural e cultural. Mas, se por um lado, traz muitos impactos positivos, principalmente a nível económico com a geração de emprego e rendimento e o desenvolvimento de infraestruturas e serviços, também poderá trazer impactos negativos que devem ser minimizados, de forma a proteger os ambientes naturais e a favorecer as comunidades locais, as quais representam, muitas vezes, economias rurais bastante frágeis.

O turismo tem um papel importante neste contexto, ao potenciar atividades, serviços e produtos turísticos alternativos aos do turismo de massa. Associado positivamente a isto está uma cada vez maior consciência das consequências das escolhas dos consumidores e praticantes, tanto a nível ambiental como social (Euromontana, 2011). Para que o turismo de natureza seja uma atividade sustentável, há várias questões económicas que deverão ser tidas em conta, nomeadamente: combater o relativo isolamento das zonas rurais, a falta de infraestruturas e serviços e o fornecimento de energia; lançar discussões sobre a certificação para superar a ameaça do turismo "quase" sustentável; criar um sistema de microcrédito para os artesãos locais para preservar a produção

local tradicional; facilitar a cooperação internacional e regional; apoiar o desenvolvimento do turismo sustentável através do uso das ferramentas de informação e comunicação; promover os conceitos de turismo sustentável e os seus produtos; criar iniciativas de clusters territoriais; combater a sazonalidade de emprego e rendimento; e proteger os agricultores e promover o seu desenvolvimento (Euromontana, 2011).

Na Europa foram criadas novas áreas profissionais devido às "mudanças na economia e na sociedade. Estas áreas são produtos da expansão do turismo, maior atividade económica do mundo" (DaCosta 1997, p.226). A escalada pode ser citada como exemplo, pois motivou a criação de postos de trabalho, uma vez que as atividades económicas de uma "cidade na montanha são restritas e o dinheiro vindo do turismo pode representar uma importante ou mesmo a maior fonte de rendimento" (DaCosta 2004, p.207).

Em Portugal, a existência de um Sistema Nacional de Áreas Classificadas (SNAC), constituído pela Rede Nacional de Áreas Protegidas e pelas áreas que integram a Rede Natura 2000, constitui uma mais-valia para o país, pela oportunidade de valorização dos diversos produtos e serviços que lhe estão associados, promovendo a valorização dos destinos e a implementação de mecanismos de gestão em rede. Nestas áreas, o turismo deve ser sustentável, de forma a assegurar a manutenção dos processos ecológicos essenciais à biodiversidade e contribuir de forma positiva para o desenvolvimento económico local, garantindo que a utilização dos recursos não comprometa o seu usufruto pelas gerações futuras.

Neste sentido, as iniciativas turísticas devem ser responsáveis do ponto de vista ambiental. A filosofia de "não deixar rastro" vai muito para além da questão dos lixos ou resíduos, os visitantes devem passar pelas áreas protegidas de uma forma respeitosa para o ambiente, não deixando vestígios da sua passagem e evitando perturbar a vegetação ou os animais (Eng & Pelt, 2010). O desenvolvimento da atividade turística nas áreas classificadas contribui para a valorização do seu património natural e cultural e constitui um ativo do território e um catalisador de desenvolvimento local e regional. Em Portugal, este desenvolvimento tem sido promovido, ativa e adequadamente, através de políticas públicas e investimentos públicos e privados em turismo de natureza, seguindo as linhas orientadoras apresentadas no documento "Portugal 2020".

A estreita relação entre as AFAN e as atividades de caráter ecológico permite considerar ambas como atividades de ecoturismo. No Brasil, o turismo de aventura tem sido tratado como um setor específico da indústria do turismo ou do desporto. No entanto, indicações recentes apontam para uma análise deste setor como um subproduto do ecoturismo. Segundo a Euromontana (2011), turismo sustentável significa turismo como um setor de negócios gerador de rendimento e emprego, distribuição justa desse rendimento pelas comunidades locais e preservação e promoção do património ambiental e cultural. Ora, estes princípios requerem o conhecimento não só dos operadores das empresas, mas

também dos turistas sobre o impacto das suas escolhas. Requerem também a cooperação entre todos os intervenientes: empresas, autoridades e turistas.

O capítulo 13 da Agenda 21 da ONU, intitulado Gestão de Ecossistemas Frágeis: Desenvolvimento Sustentável das Montanhas afirma que:

> Os governos, com o apoio das organizações internacionais e regionais competentes, devem diversificar as economias das montanhas através da criação e/ou fortalecimento do turismo, de acordo com uma gestão integrada das zonas de montanha (Euromontana, 2011, p.5).

É importante salientar que a Agenda 21, termo criado para expressar o desejo de mudança para um novo modelo de desenvolvimento para o século XXI, pode ser definida como um instrumento de planeamento para a construção de sociedades sustentáveis, em diferentes bases geográficas, que concilia métodos de proteção ambiental, justiça social e eficiência económica.

Na perspectiva da Organização Mundial do Turismo - OMT, o turismo é uma das ferramentas mais eficazes e viáveis para a redução da pobreza e para o desenvolvimento sustentável das regiões, sendo um forte gerador de emprego, de comércio e uma fonte primária de rendimentos estrangeiros em muitos países em desenvolvimento. A OMT está comprometida com o aproveitamento do potencial do turismo para gerar riqueza e distribuir os seus benefícios pelos membros mais vulneráveis da sociedade. Segundo o relatório anual de 2015, várias comunidades locais receberam assistência e tiveram oportunidades para crescer e prosperar através do turismo (Organização Mundial do Turismo, 2016).

Os ambientes naturais podem também motivar e facilitar a prática de atividades físicas de forma regular, gerando benefícios à saúde física e mental, o que parece ocorrer quando o exercício é realizado num ambiente ao ar livre. A combinação sinérgica das atividades físicas com a exposição à natureza pode ser usada como uma ferramenta poderosa para ajudar a combater a crescente incidência do sedentarismo e de doenças não transmissíveis (Gladwell, 2013).

Os dados apresentados anteriormente indicam que o turismo, o desporto e o lazer juntos geram emprego e rendimento, influenciam o desenvolvimento socioeconómico, aumentam o fluxo de pessoas em diferentes regiões e impulsionam diversos setores produtivos, inclusivamente, podendo impactar a saúde física e mental dos praticantes de AFAN. No caso do turismo de aventura e do ecoturismo, os dados indicam que estes setores são ainda mais promissores devido, principalmente, à procura crescente por estas atividades.

4. Metodologia

Este artigo tem por objetivo estabelecer o potencial económico das atividades físicas de aventura na natureza no Estado do Rio Grande do Sul (RS), Brasil. O

problema de investigação teve como questão de partida: Quais são as possíveis contribuições económicas das atividades físicas de aventura na natureza no RS?

A pesquisa foi do tipo exploratória com enfoque qualitativo, tendo utilizado entrevistas semiestruturadas para a coleta de dados. Segundo Hitchcock e Hughes (1995), em estudos exploratórios os pesquisadores possuem flexibilidade e vão "interpretando e associando as informações" (p.295) no decorrer do processo. O enfoque qualitativo permitiu que os pesquisadores tivessem ampla liberdade teórico-metodológica para realizar o estudo.

A entrevista semiestruturada foi utilizada, por ser "guiada por uma relação de pontos de interesse que o entrevistador vai explorando no decurso da entrevista" (Gil 1996, p.92). Segundo Cohen e Manion (1997), este tipo de entrevista tem grande valor por possibilitar o aprofundamento de determinados assuntos e permitir que o entrevistador perceba as reações e tendências do entrevistado. Para Gil (1996), a entrevista semiestruturada, valoriza a presença do investigador, possibilitando que o entrevistado "alcance a liberdade e a espontaneidade necessárias, enriquecendo a investigação" (p.146).

No total foram realizadas 29 entrevistas com pessoas ligadas: ao poder público do município de Porto Alegre, capital do RS, n=3 (Secretaria Municipal de Desporto; Escritório Municipal de Turismo; Secretaria Municipal de Meio Ambiente); a federações, n=7 (voo livre, ciclismo, montanhismo, orientação, hipismo, canoagem e vela); ao setor empresarial, n=3 (Big Wall, Vertex Outsider, Montanha Equipamentos); a ONGs, n=3 (uma para portadores de necessidades especiais e duas ambientais); a universidades n=5 (coordenador de curso de educação física, professor de AFAN, diretor de escola de educação física, coordenador de curso de educação física e professor de geociências) e com instrutores de AFAN, n=8 (asa delta e parapente; mountain bike; escalada, trekking e rapel; orientação; atividades equestres; canoagem, rafting e duck; vela; kitesurf e windsurf).

O estudo analisou os dados apresentados nas entrevistas, tendo os pesquisadores o papel de conectar as informações de forma coerente, na busca de uma análise do tema estudado. A interpretação e as perspectivas resultantes da análise das entrevistas foram enquadradas em quatro categorias, a saber: "O impacto económico dos eventos e do turismo"; "O consumo de bens e serviços e a geração de emprego e rendimento"; "A necessidade de infraestruturas adequadas"; e "As políticas públicas como primordiais".

5. Resultados

5.1. O impacto económico dos eventos e do turismo

Os resultados deste estudo evidenciam que devido ao desenvolvimento das AFAN e ao consequente aumento no número de praticantes surgem os mais diversos eventos, como os campeonatos municipais, estaduais e nacionais, além

dos festivais, feiras e congressos. Com isto, as AFAN têm um impacto positivo no desenvolvimento económico dos municípios e comunidades locais. Segundo alguns entrevistados, qualquer local com potencial de prática pode fazer parte de calendários de eventos, competitivos ou não. Assim sendo, é possível atrair turistas, incentivar o surgimento de novos produtos, fomentar patrocínios e aumentar o consumo de bens e serviços, o que contribui para a geração de emprego e rendimento. Na perspectiva da instrutora de atividades equestres entrevistada:

> Na realização de eventos existe um grande número de pessoas que estão envolvidas e o que isto representa é significativo, os números do que representa dentro da economia brasileira são maiores do que muitos imaginam.

Os relatos dos entrevistados indicam que quando são realizados eventos competitivos, um grande número de praticantes se desloca para diversas localidades do Rio Grande do Sul, muitas vezes levando a família para assistir às provas, impulsionando o fluxo turístico de muitos municípios. Isso tem gerado um impacto económico direto nos locais de prática, principalmente, relacionado com alojamento e alimentação. O presidente da Federação Gaúcha de Orientação cita como exemplo o Campeonato Gaúcho de Orientação que tem uma média de 500 inscritos por prova e o Campeonato Brasileiro que, embora tenha um número menor de praticantes, em torno de 350, gera um impacto económico considerável, pois os competidores ficam no mínimo três dias na região da competição. O presidente da Federação Gaúcha de Orientação complementa:

> Acredito que isso vai ser muito maior quando as atividades físicas de aventura na natureza se tornarem mais procuradas pela mídia, que é o principal catalizador de recursos económicos para alavancar o desenvolvimento das Regiões.

A geração de emprego e rendimento das AFAN ligada aos eventos e ao turismo inclui, segundo os dados obtidos, o aluguer de equipamentos, o abastecimento dos veículos, a alimentação e a venda de medicamentos que, geralmente, são adquiridos nos locais de prática, contribuindo economicamente para as comunidades locais e movimentando todo o mercado desportivo e turístico. Estas informações parecem dar suporte à posição da Organização Mundial do Turísmo (2016) que considera o turismo como um meio eficaz para o desenvolvimento do comércio e para a geração de emprego e rendimento. Segundo a representante da Secretaria Municipal de Desporto:

> À medida que existem essas atividades, eventos e turismo, todo um mercado se movimentará em torno disso para atender às necessidades das atividades físicas de aventura na natureza.

Conforme salienta um instrutor de mountain bike, com o desenvolvimento das AFAN surge uma nova alternativa de trabalho para diversos profissionais, entre eles os profissionais de educação física e de turismo, além de técnicos em produção e venda de equipamentos, corroborando Machado (2005). Na perspectiva de um diretor de escola de Educação Física:

> As AFAN podem gerar empregos e estimular o turismo. São atividades que não degradam o meio ambiente e envolvem a compra ou aluguer de equipamento, hospedagens, etc. As pessoas podem ser atraídas pelos morros e águas de Porto Alegre, por exemplo.

Com o desenvolvimento das AFAN pode surgir um novo mercado de trabalho para os professores de educação física, profissionais do turismo e pessoas com formação técnica, já que, nas AFAN, é indispensável que se tenha mão-de-obra qualificada para o desenvolvimento das atividades e de projetos como a construção de muros de escalada e a marcação de trilhas para caminhada. Entretanto, o instrutor de escalada, trekking e rapel salienta que os profissionais que moram em Porto Alegre têm que viajar para o interior do Estado para trabalhar em operadoras de turismo de aventura, pois estas modalidades não estão devidamente desenvolvidas na capital gaúcha.

Ao considerar algumas modalidades separadamente, a principal contribuição económica do voo livre (asa delta e parapente), segundo os entrevistados, é o desenvolvimento do turismo. Conforme salienta o instrutor de voo livre, o turismo gera emprego e rendimento, impulsionando setores como o comércio, transporte, hotelaria, áreas de prestação de serviços e escolas das modalidades que se desenvolvem a partir de determinados sítios de voo. Segundo o vice-presidente da Federação Gaúcha de Voo Livre:

> Basicamente, seria o desenvolvimento do turismo na região. Hoje já há locais com uma atividade económica, há várias pessoas que trabalham como instrutores e na manutenção dos locais. Entretanto, o mais importante é a movimentação turística que o voo livre traz para esse local.

Na perspectiva do instrutor de voo livre:

> A contribuição económica está muito ligada à geração de emprego e rendimento. Há a compra, venda e manutenção de equipamentos, ou seja, todo um mercado por detrás das atividades físicas de aventura na natureza.

Para o instrutor de canoagem, rafting e duck, estas modalidades impulsionam o surgimento de operadoras de turismo de aventura e escolas.

Para este instrutor, o desenvolvimento do turismo de aventura faz com que sejam contratados diversos profissionais para operacionalizar as mais diversas atividades, já que para a realização das AFAN, o ser humano é insubstituível, sendo sempre necessários guias, motoristas e agentes receptivos, tornando a geração de emprego e rendimento um importante fator económico a ser considerado. Segundo o instrutor:

> A contribuição económica é isso: os empregos que uma operadora de turismo ou um dono de bar venha a gerar. Mais pessoas vão poder usar esses locais para vender seus produtos, digamos, a economia informal também vai crescer junto.

5.2. O consumo de bens e serviços e a geração de emprego e rendimento

O consumo de bens e serviços surge como uma contribuição transversal a todas as AFAN. Segundo o presidente da Federação Gaúcha de Ciclismo, a principal contribuição económica do mountain bike é a geração de um considerável mercado. Em Porto Alegre, existem diversas lojas onde é possível encontrar todos os equipamentos necessários para a prática das mais diversas modalidades. Segundo o entrevistado, caso exista um aumento no número de praticantes, ocorrerá um impacto direto sobre o número de bicicletas, acessórios e equipamentos de proteção vendidos. Além disso, segundo o instrutor de mountain bik*e*, surgirão escolas, cursos e as oficinas especializadas terão de aumentar o número de peças de reposição e de funcionários, o que dá suporte às afirmações de Costa & Wilhelms (2006). Para o presidente da Federação Gaúcha de Ciclismo:

> O atleta tem um gasto alto com a prática de mountain bike, assim como de outras AFAN. Em Porto Alegre, por exemplo, temos várias lojas com todo o equipamento necessário para a prática das mais diversas modalidades.

Segundo o instrutor de mountain bike:

> Com o aumento do número de praticantes de mountain bike, vai haver um maior número de bicicletas circulando, as lojas vão ter que se preparar para vender mais, talvez aumentar o número de funcionários.

Segundo o presidente da Federação Gaúcha de Montanhismo e o instrutor entrevistado, a escalada, o trekking e o rapel contribuem economicamente, principalmente devido ao consumo de bens e serviços gerado nas proximidades dos locais de prática. Um empresário entrevistado advertiu que, muitas vezes,

um ponto comercial local torna-se referência para encontro dos praticantes, o que influencia significativamente na venda dos mais diversos produtos e até serviços. O presidente da Federação Gaúcha de Montanhismo reforça esta posição ao afirmar que estas AFAN movimentam a economia local através de um mercado que vai desde a alimentação dos praticantes até à necessidade de pessoas qualificadas para o ensino e desenvolvimento das modalidades. O presidente da Federação Gaúcha de Orientação reforça esta posição ao afirmar que:

> Geralmente se compra próximo ao local de prática, assim se cria um bom ambiente com a comunidade, é uma maneira de se integrar. Um armazém ou bar se torna referência e expande a relação com a comunidade.

Outra modalidade que se destaca é a vela, já que o seu desenvolvimento contribui economicamente devido a sua relação com diversos setores. Segundo o presidente da Federação de Vela do Estado do Rio Grande do Sul, existe um considerável impacto económico da vela devido à necessidade de fabrico e manutenção de barcos, como os veleiros, lanchas e caiaques e da construção e manutenção de infraestruturas como os estaleiros, trapiches e clubes. Existem também, segundo o instrutor de vela, contribuições económicas relacionadas com o desenvolvimento de tecnologia, produtos de media, programas televisivos, material didático e cursos, tornando-se a vela um campo vasto a ser explorado no Estado do Rio Grande do Sul, no Brasil e noutros países.

A geração de emprego e rendimento devido ao desenvolvimento da vela, na opinião do presidente da Federação de Vela do Rio Grande do Sul também está ligada aos cursos de formação que são ministrados por profissionais com habilitações regulamentadas pela marinha, sendo que muitos deles se dedicam exclusivamente ao ensino da vela. Além de professores, o instrutor de vela entrevistado salienta que são necessários profissionais com formação técnica para a manutenção de barcos, desenvolvimento de equipamentos, vestuário, velas e metalurgia. Segundo o presidente da Federação de Vela do Rio Grande do Sul:

> Há um campo vasto a ser explorado, a vela exige por exemplo, habilitações regulamentadas pela marinha. Para se conseguir essas habilitações são necessários cursos, promovendo a existência de um mercado de formação nos mais diversos níveis.

O impacto económico das atividades equestres também é significativo, principalmente, devido à criação e ao comércio de animais, à construção e manutenção de centros equestres e à realização de eventos competitivos, o que contribui direta e indiretamente para a geração de emprego e rendimento em toda a região, corroborando Roessler e Rink (2005). Segundo o presidente da Federação Gaúcha de Hipismo:

> A atividade económica é significativa ... eu não tenho os números do que elas (atividades equestres) representam hoje dentro da economia brasileira, mas é muitas vezes maior do que muitos imaginam.

A canoagem, o rafting e o duck também trazem contribuições económicas, pois fomentam o comércio e a economia formal e informal nos locais de prática. Na perspectiva do secretário geral da Federação de Canoagem do Estado do Rio Grande do Sul, também devem ser considerados os benefícios económicos que estão ligados à formação de atletas de alto rendimento. Com a preparação de atletas para competições, surge a necessidade de aquisição de equipamentos especiais, patrocínios de empresas e bolsas de ajuda financeira, como as fornecidas pelo Comité Olímpico Brasileiro.

Quando ao kitesurf e ao windsurf, segundo o instrutor entrevistado, existem muitas pessoas que têm o seu sustento vinculado a estas modalidades, como os professores, os atletas patrocinados e os organizadores de eventos. Segundo ele, estas AFAN ainda não movimentam um grande mercado com impacto económico significativo para quem exerce a sua carreira profissional no Estado do Rio Grande do Sul. Entretanto, surge a possibilidade de se trabalhar ministrando cursos, com representações comerciais de equipamentos, com a gestão de patrocínios ou com a organização de eventos.

5.3. A necessidade de infraestruturas adequadas

Os dados apresentados anteriormente evidenciam que o desenvolvimento das AFAN fomenta o turismo, os eventos, o consumo de bens e serviços e a geração de emprego e rendimento, porém para que se verifique um impacto económico efetivo são necessárias certas condições básicas. Segundo um diretor de escola de educação física, é fundamental que existam hotéis, restaurantes, bancos e lojas. A partir da existência desta infraestrutura, é imprescindível que existam programas de educação para o turismo, o que potencializa os atrativos turísticos e viabiliza o desenvolvimento sustentável do setor. Um professor de geociências entrevistado complementa:

> As contribuições económicas são grandes devido ao turismo e a uma rede intercalada de várias atividades. Em algumas cidades da Serra Gaúcha, elas têm se desenvolvido exatamente graças às AFAN, como nas corredeiras do Rio das Antas, no Rio da Prata.

O município de Cambará do Sul, nos Aparados da Serra Geral, atualmente possui uma infraestrutura hoteleira e de restaurantes adequada, o que era inimaginável há 30 anos atrás. O desenvolvimento local foi influenciado em grande parte pela atratividade do Parque Nacional, mas indubitavelmente teve uma influência positiva da prática das AFAN na região. Esta posição é sustentada pelo professor de geociências:

> Visito aquela região (Cambará do Sul) desde a década de setenta. Quando eu ía lá, as pessoas do local nos olhavam como mochileiros, talvez ETs, não nos viam como um potencial público consumidor que pudesse ajudar a desenvolver hotéis, restaurantes, etc. Lembro que dormíamos em um galpão que o padre da região nos ofertava, pois sequer hotel encontrávamos, nem uma pensão. Almoçávamos numa casa de família, pois não havia restaurantes, a não ser o da rodoviária, que não era muito bom. Hoje há pensões, hotéis, etc.

A exemplo do que ocorreu em outras cidades, em Porto Alegre, há 20 anos não havia infraestruturas para a prática de muitas AFAN, nem mesmo locais para comprar equipamentos especiais como botas de trekking, mochilas e tendas. Atualmente, existem várias lojas vendendo os mais diversos produtos. Este desenvolvimento económico tem gerado empregos diretos e indiretos, sendo uma importante alternativa para o desenvolvimento de diversas regiões, o que dá suporte à perspectiva de DaCosta (1997) e DaCosta (2004). O professor de geociências salienta:

> Basta saber, por exemplo, que em regiões montanhosas, como na Europa, nos Estados Unidos e mesmo no Chile e Argentina, existem cidades inteiras que vivem graças às AFAN. Um exemplo disso é a cidade de Denver, vemos que é uma cidade riquíssima, graças ao esqui, assim como Bariloche.

Mesmo com as evidentes contribuições económicas que as AFAN podem gerar, ainda não existe uma cultura de incentivo ao desenvolvimento das AFAN no Estado do Rio Grande do Sul, sendo os impactos económicos ainda mínimos e pouco explorados. Neste sentido, a divulgação dos locais com possibilidade de prática, a adequação das infraestruturas e o incentivo do poder público podem reverter este quadro.

Quanto ao incentivo do poder público, o desenvolvimento de políticas públicas de incentivo ao desenvolvimento das AFAN parece ser fator primordial para que estas atividades sejam desenvolvidas sustentavelmente e de forma a contribuir para os mais diversos setores da sociedade. Tratando-se do setor turístico, as políticas públicas devem ter em conta os indicadores de relatórios internacionais, como o Euromontana (2011), que visam o desenvolvimento do setor numa perspectiva sustentável.

5.4. As políticas públicas como primordiais

Uma das preocupações evidenciadas neste estudo é a necessidade de envolvimento do poder público, através de políticas públicas, no desenvolvimento das AFAN. Conforme alerta um dos empresários entrevistados, caso ocorra

um aumento no número de praticantes e, consequentemente, o aumento do consumo de bens e serviços e a geração de emprego e rendimento, talvez o poder público se sensibilize quanto à importância económica destas atividades e assim dê prioridade ao desenvolvimento das AFAN através da criação de políticas públicas que envolvam toda a comunidade. Na perspectiva do instrutor de orientação entrevistado:

> Fica muito complicado desenvolver as AFAN sem ter uma política pública. Tem que ter um incentivo maior do poder público nesse sentido, principalmente devido à facilidade que se tem por não necessitar de tantos meios para desenvolver estas atividades.

Quanto ao desenvolvimento de políticas públicas para as AFAN é fundamental considerar a participação ativa da população, ou seja, colocar o cidadão como agente ativo na definição das prioridades para esta área. Esta posição é sustentada por Mezzadri (1996) ao considerar que as prioridades públicas devem ter a população "ativamente participante, com os cidadãos tendo seus direitos e deveres, tornando a gestão mais coletiva, onde todos têm o direito de decidir sobre as ações do Estado" (p.116).

Segundo Farah (2005), as AFAN já fazem parte das intenções de formulação de políticas públicas por parte do poder público brasileiro há bastante tempo. Entretanto, no Estado do Rio Grande do Sul a realidade é diferente, pois falta incentivo dos órgãos competentes para o desenvolvimento destas atividades.

Existem diversas razões que justificam o desenvolvimento de políticas públicas de incentivo às AFAN, como por exemplo a possibilidade de os praticantes auxiliarem no controlo do uso sustentável dos ambientes naturais, tal como alertam Eng & Pelt (2010). É, assim, fundamental a criação de políticas públicas de incentivo ao acesso e adequação dos locais de prática como os parques, reservas naturais e morros.

Em contrapartida ao apoio dos governos, a prática constante das AFAN pode evitar a construção de vilas clandestinas, o depósito ilegal de lixo ou a utilização destes ambientes para práticas ilícitas. Com a proteção destes ambientes pelos praticantes, o poder público pode economizar verbas que poderiam ser direcionadas para outras estratégias de desenvolvimento. É importante salientar que mesmo tendo uma considerável influência na economia, as AFAN e o turismo ligado a estas atividades não devem ser incentivados com uma visão mercadológica onde o lucro seja a prioridade, seguindo-se assim as recomendações da Organização Mundial do Turismo (2016).

Numa outra perspectiva, segundo o instrutor de mountain bike, existe um reflexo económico da prática desta modalidade relacionado com a diminuição dos gastos do governo com a saúde pública, o que também seria uma razão para incluir as AFAN na agenda política dos municípios. O presidente da Federação Gaúcha de Ciclismo corrobora esta posição ao afirmar que com a prática regular

desta AFAN ocorre a melhoria na qualidade de vida e na saúde dos praticantes, diminuindo a probabilidade de atendimentos hospitalares, internamentos e cirurgias, o que vem ao encontro do sugerido por Gladwell (2013). Para o instrutor de *mountain bike*:

> O mountain biker leva a uma vida mais saudável e, talvez por isso, passa a procurar, no local onde mora, lugares para comprar alimentos mais saudáveis e que não contenham agrotóxicos, praticar atividades físicas regularmente e cuidar mais da saúde de uma forma geral.

6. Considerações finais

A partir do cruzamento das informações apresentadas no referencial teórico e nas entrevistas, este estudo evidenciou diversas contribuições económicas decorrentes do desenvolvimento das AFAN no Brasil, contribuições estas que podem também surgir em Portugal ou noutros países europeus.

Os resultados sugerem como principais contribuições económicas das AFAN, o desenvolvimento de eventos, o aumento do fluxo turístico, do consumo de bens e serviços e a geração de emprego e rendimento. Embora os resultados tenham como referência o Estado do Rio Grande do Sul, é possível considerar que estas contribuições podem ser generalizadas para outras regiões do país e do mundo. Entretanto, para que existam novas contribuições económicas e para potencializar as já existentes é imprescindível a existência de infraestruturas adequadas e de interesse político através da criação de políticas públicas de incentivo às AFAN.

Parece existir uma estreita relação entre o desenvolvimento das AFAN, a realização de eventos e o desenvolvimento do turismo. Quando as AFAN são realizadas num mesmo local, de forma assídua e por um número de praticantes considerável, é inevitável o surgimento de eventos, que podem ou não ser competitivos. A efetivação dos eventos associada ao fluxo tradicional de praticantes tem consequentemente impacto no desenvolvimento do turismo local, no consumo de bens e serviços e na geração de emprego e rendimento. Entretanto, é importante realçar que o desenvolvimento do turismo não se vincula unicamente aos eventos. Os locais mais conhecidos para a prática das AFAN acabam por se tornar atrativos turísticos não só para os praticantes, mas para as mais diversas pessoas interessadas em contemplar a prática destas atividades em ambientes naturais.

O aumento no consumo de bens e serviços e a geração de emprego e rendimento surgem como uma consequência não só dos eventos e do turismo, mas de um número cada vez maior de praticantes e da necessidade de se dar suporte à realização das AFAN. O impacto económico parece ser maior nas comunidades próximas dos locais de prática, o que pode ser vantajoso para

regiões com dificuldades de desenvolvimento. As AFAN acabam por ter um impacto significativo em toda a cadeia produtiva que vai desde a alimentação e alojamento até à construção de barcos e criação de animais.

Entretanto, para que se tenha um efetivo impacto económico é necessária a existência de certas infraestruturas. Para que ocorra a prática das AFAN é fundamental que os ambientes naturais estejam adequadamente preparados e que existam elementos facilitadores da prática, como hotéis, restaurantes e lojas especializadas.

Também parece ser evidente que para o adequado desenvolvimento das AFAN é necessário o apoio do poder público, através de políticas públicas. Estando o poder público ciente das potencialidades económicas das AFAN e do seu impacto no desenvolvimento das mais diversas regiões, o surgimento de políticas públicas torna-se inevitável. Porém, para que as políticas públicas tenham o efeito desejado é fundamental o envolvimento e participação ativa de toda a comunidade como agente efetivo na definição das prioridades para esta área durante todo o processo de criação, bem como no desenvolvimento e avaliação das políticas públicas. É ainda fundamental considerar a possibilidade de os praticantes auxiliarem no controlo do uso sustentável dos ambientes naturais e na diminuição das despesas do governo com saúde pública.

Por fim, cabe-nos apontar algumas limitações do estudo. Uma dificuldade encontrada foi a impossibilidade de aprofundamento de determinados temas, devido à necessidade de serem tratadas diversas questões ligadas às contribuições económicas das AFAN. Quanto ao referencial teórico, não foram localizados estudos que tratassem o potencial turístico e os ciclos produtivos envolvidos com o desenvolvimento das AFAN, bem como a sua relação com o turismo de aventura e o ecoturismo. Quanto à metodologia, seria necessário ampliar o número de entrevistas. Desta forma, evidencia-se a necessidade de maior aprofundamento de cada um dos temas tratados neste estudo, um novo ciclo de entrevistas e uma nova pesquisa bibliográfica para dar um maior suporte ao referencial teórico.

Referências

Carvalhedo, A. (2005). Turismo esportivo. In. DaCosta, L. P. *Atlas do esporte do Brasil* p. 725-726. Rio de Janeiro: Shape.

CBVL (2016). *Confederação Brasileira de Voo Livre*. Disponível em http://www.abvl.net/historia-do-voo-livre Consultado em 11 de março de 2016.

Cohen, L., Manion, L. (1997). *Research methods in education*. London: Routledge.

Costa, A. V. (2006). *O potencial das atividades físicas de aventura na natureza em Porto Alegre: um estudo integrado dos critérios de adequação do local, da infra-estrutura, das contribuições sócio-ambientais e dos riscos*. Tese de mestrado. Porto Alegre: UFRGS.

Costa, A.V., Wilhelms, G. (2006). Mountain Bike no RS. In. DaCosta, L.P. Atlas do esporte do Brasil p. 725-726. Rio de Janeiro: Shape.

DaCosta, L.P. (1997). *Introdução. In: DaCosta, L.P. (1997). Meio ambiente e desporto: uma perspectiva internacional*. Porto: Universidade do Porto.

DaCosta, L.P.; Costa, C. (2004). A formação profissional do esporte de escalada na França: preliminares para um estudo comparativo da regulamentação desta prática no Brasil: ética profissional na educação física. In: Tojal, J.B. Ed. *Ética profissional na educação física*. Rio de Janeiro: Shape. CONFEF.

Eng, R., Pelt, J. (2010). *Mountaineering: the Freedom of the Hills*. EUA: The Mountaineers Book.

Euromontana (2011). *Background paper on sustainable mountain tourism*. Escócia: Euromontana.

EMA (2016). *Expedição Mata Atlântica*. Disponível em http://www.ema.com.br/v4/ema.php Consultado em 12 de fevereiro de 2016.

Farah, D.F. (2005). Políticas de incentivo ao turismo de aventura no Brasil: o papel do Ministério do Turismo. In: Uvinha, R. *Turismo de aventura: reflexões e tendências*. São Paulo: Aleph, p. 25-42.

Gil, A.C. (1996). *Como elaborar projetos de pesquisa*. São Paulo: Atlas.

Gladwell, F. (2013). *The great outdoors: how a green exercise environment can benefit all*. Disponível em www.extremephysiolmed.com Consultado em 22 de abril de 2016.

Hitchcock, G.; Hughes, D. (1995). *Research and the Teacher: A qualitative introduction to school-based research*. New York: Routledge.

Lomanto, M.A.B. (2005). *Adventure Sports Fair: estudo de caso*. Brasília: Universidade de Brasília.

Machado, A. (2005). *Ecoturismo um produto viável: a experiência do Rio Grande do Sul*. Rio de Janeiro: SENAC.

Mezzadri, F. (1996). Algumas reflexões sobre as políticas públicas de esporte e lazer no Brasil. Educação Física. Synopsis, Curitiba, v.7, 113-117.

Organização Mundial do Turismo (2016). *UNWTO Annual Report 2015*. Madrid: UNWTO.

Roessler, M.; Rink, B. (2005). Esportes hípicos. In: DaCosta, L.P. *Atlas do esporte do Brasil*. Rio de Janeiro: Shape, p.218.

Saraiva, M. (2012). *Lazer, turismo e desenvolvimento local em território de montanha: o exemplo do concelho de Manteigas*. Tese de mestrado. Universidade de Coimbra.